

# PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2015

**(Do Sr. Altineu Côrtes)**

*Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional no Ministério da Defesa, a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e na Infraero Aeroportos, em sua atuação de controle e administração do transporte aéreo de passageiros;*

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requiero que V. Ex<sup>a</sup> se digne, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, a adotar as medidas necessárias para efetuar ato de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional no *Ministério da Defesa, na Agência Nacional de Aviação Civil – Anac e na Infraero Aeroportos, em sua atuação de controle e administração do transporte aéreo de passageiros;*

## JUSTIFICAÇÃO

Responsável pela administração de 60 aeroportos e 28 terminais de logística de carga, além de participar com 49% nos maiores terminais do país, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) amarga prejuízos de quase R\$ 5 bilhões em dois anos, é alvo de graves denúncias e responde a 11 inquéritos no Ministério Público do Trabalho (MPT). Sem contar com a maior parte da receita dos aeroportos mais rentáveis do Brasil, concedidos para a iniciativa privada — Guarulhos, Galeão, Brasília, Confins e Viracopos —, a Infraero depende de aportes do Tesouro Nacional e corre o risco de se tornar inviável caso todos os processos trabalhistas em curso sejam executados. A empresa tem 96 processos listados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas do Tribunal Superior do Trabalho.

Com 12,6 mil funcionários, a companhia também é denunciada pela Associação Nacional de Empregados da Infraero (Anei) por prática de redução salarial, contratação de pessoal sem concurso público e de consultoria com dispensa de licitação. Entre os inquéritos ativos contra a Infraero estão ações sobre atividades insalubres, assédio moral, irregularidades em processos seletivos e na cessão de empregados e desvirtuamento de intermediação de mão de obra, além de uma ação judicial sobre funcionários anistiados.

Resultado: No balanço contábil de 2014, a Infraero divulgou prejuízo de R\$ 2,1 bilhões. Somado ao resultado negativo de 2013, de R\$ 2,8 bilhões, o rombo é de quase R\$ 5 bilhões. Quem deve arcar com a fatura é o Tesouro Nacional já que, desde que entregou os cinco aeroportos mais rentáveis para a iniciativa privada, a Infraero depende dos aportes da União. O diretor financeiro da empresa, José Irenaldo Leite de Ataíde, chegou a justificar que

a companhia deixou de ser autossustentável depois da concessão de terminais responsáveis por 53% da receita, o equivalente a R\$ 4,3 bilhões.

Além de perder a receita, a Infraero manteve a despesa com o pessoal que não foi absorvido pelas concessionárias. Ataíde argumentou, na ocasião da divulgação do balanço, que a empresa manteve os investimentos porque detém 49% dos aeroportos concedidos, mas como são da União, o valor investido é contabilizado como despesa. Outra alegação da diretoria é que parte do prejuízo se deve a provisão de mais de R\$ 700 milhões a fim de bancar o Plano de Demissões Voluntárias (PDV) que pretende desligar 2,6 mil empregados.

Para o presidente da Anei, Alex Fabiano Costa, o prejuízo é reflexo de “má gestão” na companhia. Na avaliação dele, a concessão dos aeroportos e a consequente perda de receita não se justifica porque a Infraero também deixou de custear os terminais concedidos. “No entanto, as despesas da empresa aumentaram 2,5% no período”, denuncia.

Costa também questiona a contratação de assessores sem concursos com salários de R\$ 18 mil e custo de R\$ 25 mil para a Infraero. “A empresa está com excesso de pessoal. Tanto que há um PDV em curso. São 4 mil funcionários excedentes e a diretoria está contratando apadrinhados. Um deles foi cedido à Secretaria da Aviação Civil (SAC), com todo o ônus para a empresa.”

Pelo exposto, considero que a *Agência Nacional de Aviação Civil – Anac e a Infraero Aeroportos*, deixou lacunas a serem preenchidas em suas administrações. Lacunas essas com fortes indícios de irregularidades na aplicação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2015.

**Deputado ALTINEU CÔRTEZ PR/RJ**